

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ISSN 2317-1456 / v. 25. n. 3 / 2023 / <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes>

Castello Branco contra a “ameaça vermelha”: nacionalismo, realismo e desenvolvimento no pensamento conservador de Humberto Castello Branco (1946-1964)

DOI: 10.12957/irei.2023.79658

Helio Maurício Pirajá Cannone ¹

Resumo

A partir da abordagem de Michael Freeden sobre ideologias políticas e das contribuições de Reinhart Koselleck e François Hartog sobre o papel da historicidade na modernidade política, este artigo pretende analisar o pensamento conservador de Humberto Castello Branco. O ator político ficou célebre na história política brasileira por ter sido o primeiro presidente após o golpe de 1964, entretanto, nossa hipótese é de que é preciso buscar nos anos anteriores o conjunto de valores de ordem política que orientaram a ditadura militar. Neste texto, buscaremos preencher essa lacuna através de como Castello Branco os tratava em seus discursos e anotações de aulas na Escola do Estado-maior do Exército. A nosso ver, é central compreender como o militar entendia as noções de realismo, nacionalismo e desenvolvimento e as articulava com sua visão de mundo conservadora e anticomunista. Como resultado da pesquisa, concluímos que se tratava de uma forma conservadora de entender o nacional-desenvolvimentismo e que, em contexto de Guerra Fria, buscava se alinhar com os EUA.

Palavras-chave

ideologias políticas; pensamento político brasileiro; conservadorismo; pensamento militar.

Castello Branco against the "red menace": nationalism, realism, and development in the conservative thought of Humberto Castello Branco (1946-1964)

Abstract

Based on Michael Freeden's approach to political ideologies and Reinhart Koselleck and François Hartog's approach to the role of historicity in political modernity, this article aims to analyze the conservative thought of Humberto Castello Branco. The political actor became famous in Brazilian political history for being the first president after the 1964 coup, however, our hypothesis is that it is necessary to look in previous years for the set of political values that guided the military dictatorship. In this text we will seek to fill this gap through how Castello Branco dealt with his speeches and class notes at the Army Staff School. In our view, it

¹ Bolsista de Pós-doutorado júnior do CNPq e Professor substituto de Ciência política, ambos na Universidade Federal da Bahia; helio.cannone@gmail.com ; <https://orcid.org/0000-0002-8774-4197>.

is essential to understand how the military understood the notions of realism, nationalism and development and articulated it with his conservative and anti-communist worldview

Keywords

political ideologies; Brazilian political thought; conservatism; military thought.

1. Introdução

Humberto Castello Branco se tornou personagem conhecido em nossa história política por ter sido o primeiro presidente após o golpe civil-militar de 1964. Nos anos anteriores, ele foi diretor de ensino da Escola do Comando do Estado-Maior do Exército, entre 1945 e 1949, na qual continuou ascendendo até se tornar comandante em setembro de 1954. Após ter passado por outras instituições, – como a Escola Superior de Guerra – à altura dos conflitos políticos ocorridos entre março e abril de 1964, ele era chefe do Estado-Maior do Exército, cargo que exercia desde junho de 1963. Entretanto, o conjunto de temas tidos como orientadores das políticas da ditadura militar, tais como Segurança Nacional (Fico, 2001; Reznik, 2000), anticomunismo (Motta, 2020) e uma concepção conservadora de desenvolvimento – ou de modernização (Reis *et al.*, 2014) não foram uma invenção do período posterior ao golpe.

Neste artigo pretendemos analisar, a partir do pensamento de Humberto Castello Branco, como esses temas associados à ditadura militar eram tratados antes do golpe, a partir do livro *Marechal Humberto Castello Branco: seu pensamento militar*, organizado pelo Coronel Francisco Ruas Santos como um copilado de conferências e aulas dadas por Castello Branco enquanto ele atuou no Estado-Maior do Exército. Os textos são anotações originais do autor, documentos enviados à Escola do Estado-Maior do Exército (EME) e atas disponíveis no arquivo militar.

A nosso ver, a ditadura instaurada pós-1964 foi a vitória de um tipo de projeto de desenvolvimento e de Nação para o Brasil, que nos anos anteriores estava em disputa. Apoiados por Michael Freedon (2006), classificamos esse projeto como conservador. Segundo o cientista político britânico, essa ideologia política teria como elementos centrais a defesa de um primado da manutenção de ordens estabelecidas, a rejeição de abstrações intelectuais em detrimento de um olhar para a realidade concreta – que nos textos de Castello Branco aparece pelo termo realismo anti-intelectualista – e a defesa de um tipo de progresso que deve ser feito a partir de certos traços da sociedade tidos como essenciais. No caso do autor e ator político aqui analisado, isso aparece associado à sua leitura do conceito de Nação. Nas próximas seções deste artigo, abordaremos como estes *topos* aparecem nos escritos de Castello Branco. Isto será feito a partir do seguinte percurso: primeiro, trataremos da articulação entre realismo anti-intelectualista, nacionalismo e desenvolvimento, depois, como a concepção do autor sobre o papel das elites e das hierarquias o levava à defesa de projetos autoritários e, finalmente, como o

seu anticomunismo derivava em discurso sobre intervenção das Forças Armadas na política institucional.

2. Realismo anti-intelectualista e nacionalismo

Na obra *Marechal Castello Branco: seu pensamento militar (1946-1964)*, Castello Branco (1968) considera que o “realismo anti-intelectualista” (Idem, p. 23) seria o método necessário da ação militar. O realismo de Castello Branco aparece pela primeira vez na coletânea em texto datado de 18 de março de 1947, feito para uma conferência na Escola do EME sobre o “trabalho no comando” (Castello Branco, 1968, p. 23). A ideia advogada é que o militar tem o dever de se emancipar de toda elucubração abstrata para, ao invés disso, pesar meios para atingir fins, sempre tendo como critério a conjuntura que se apresenta. Seria, portanto, prejudicial a postura de “[...] ficar preso à discussão de ideias, em que não se atinge nunca o fim, ora vagando pelo pessimismo, ora pelo otimismo. (Idem, p. 28).

A junção desse entendimento com o nacionalismo e com a necessidade de desenvolvimento do Brasil aparece em outros textos do autor. Na conferência “O nacionalismo e o desenvolvimento nacional”, Castello Branco demonstra ter visão mais matizada sobre a questão. Se outros militares conservadores ativos no período – como Juarez Távora (1962) e Golbery do Couto e Silva (1952) naturalizam a nação como ente concreto e a-histórico, Castello Branco teria outra construção intelectual para a ideia. Para ele, a Nação só teria surgido no final do século XVIII, com a Revolução Francesa. Embora os hebreus e os gregos antigos tivessem feito esforços neste sentido, no entendimento do militar, o que definiria esse tipo de projeto é o entendimento de participação de uma comunidade soberana que tem uma “missão histórica” (Castello Branco, 1968, p. 197).

Na modernidade, teriam emergido duas formas de nacionalismo, o econômico e o político. Este último teria surgido antes, protagonizado pela França, Alemanha e Estados Unidos. Para Castello Branco, a potência da América teria tido o mérito de pacificar essa postura, mantendo o que havia nela de positivo. No seu tempo, o autor percebe o surgimento de um novo tipo de nacionalismo, o econômico, que teria como objetivo afirmar a Nação para ela se igualar às grandes potências que emergiram no século anterior. Esse seria um movimento de emancipação, surgido na África, na Ásia e na América-Latina. Em seu continente, ele diagnostica que existiria um conflito entre o nacionalismo enquanto “[...] afirmação da soberania e de ânimo para o desenvolvimento econômico” e enquanto “[...] baixo nacionalismo demagógico e vazio e ao teleguiado pelo comunismo internacional[...]” (Castello Branco, 1968, p. 201), que, naquele contexto, significava uma crítica sua às posturas dos trabalhistas do PTB e dos comunistas do PCB.

Castello Branco expõe sua concepção de que o nacionalismo é a melhor forma de fazer política e de produzir desenvolvimento, em conferência de 1962, no Fórum Roberto

Simonsen². Em raciocínio dedutivo, o autor parte do axioma de que é natural ao homem querer engrandecer-se. Tendo isto como pressuposto, ele deriva que isso gera interesses que, por sua vez, usam a política como meio e descobrem as aspirações nacionais (tido por ele como os interesses que são projetados e compartilhados pela opinião pública). O problema é que o grau de consciência que um povo tem das suas aspirações enquanto nação seria diretamente proporcional ao seu grau de desenvolvimento cultural, civilizacional e político.

A conclusão que o autor chegou era de que caberiam aos representantes do poder político nacional traçar quais são os objetivos nacionais e organizá-los. Deste modo, é descoberto o potencial nacional, a partir do qual se eleva a própria nação. Para Castello Branco, portanto, a nação brasileira existiria enquanto potência descoberta e que precisaria ser direcionada por um processo de desenvolvimento para realizar-se plenamente. Em termos aristotélicos (Aristóteles, 2001), o que ele queria afirmar é que o Brasil-potência precisaria se tornar Brasil em ato.

Inserido em seu regime de historicidade (Hartog, 2013; Koselleck *et al.*, 2013), Humberto Castello Branco tem uma visão evolucionista do processo histórico, no qual o grau de desenvolvimento político e econômico de uma nação seria diretamente proporcional à qualidade de seu nacionalismo. Portanto, países subdesenvolvidos (que em seu pensamento não seria uma condição em si, mas uma etapa), estariam mais abertos para o que ele considerava o desvio soviético do nacionalismo, ou simplesmente para uma visão dos países ocidentais como inimigos. Para o autor, isso seria negativo, porque impediria uma cooperação para a paz em nível mundial.

Entendendo-se como parte de uma periferia subdesenvolvida, ele compreende que nessa realidade o nacionalismo teria a função de mudar esse estado de coisas, sendo o único capaz de fazê-lo levando em conta o que seria melhor para aquela comunidade política. Partindo do pressuposto de que o nacionalismo “[...] tem que assentar num julgamento compreensivo e real.” (Castello Branco, 1968, p. 205), ele esboça um método e três alternativas possíveis para o Brasil superar sua etapa de subdesenvolvimento. Para ele, as duas ideias – nacionalismo e desenvolvimento – seriam parte de uma mesma postura e impossíveis de ser pensados de modo separado. Em suas palavras:

Desenvolvimento sem nacionalismo é obra desnaturada, desvinculada do primado do interesse nacional. E o nacionalismo que não se devota ao desenvolvimento é, sem dúvida, uma política contemplativa e de especulação distante da realidade nacional. Nacionalismo e desenvolvimento se conjugam e trabalham para o bem-estar de uma nação. (Castello Branco, 1968, p. 210).

Em seu método, o primeiro a se fazer seria justamente escolher qual caminho seguir, que poderia ser o nacionalismo soviético, o democrático ou o “diversivo” (Idem, p. 204). O primeiro já demonstraria em sua alcunha a qual caso empírico se refere, mas

² O Fórum Roberto Simonsen era um núcleo de atividades culturais e intelectuais criado em 1948 pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

os outros dois expressam a interpretação do autor sobre os outros projetos de desenvolvimento então disponíveis. O nacionalismo diversivo seria uma corruptela que transformou pautas legítimas em bandeiras para o conflito aberto, tanto com outras nações como dentro de seu próprio território. Naquele contexto, internamente, o autor deveria estar se referindo ao nacionalismo de esquerda – que se reunia em torno do PTB – e no plano externo aos movimentos de descolonização da África e da Ásia, movimentos que ganhavam força entre os anos 1950 a partir de eventos como a Conferência de Bandung (1955) e na Conferência de Belgrado (1961). Por sua vez, o nacionalismo democrático seria a solução moderada, inspirada na cooperação com nações próximas culturalmente e na garantia de bem-estar de sua comunidade. Para o autor, esse modelo seria próximo ao que era praticado nos Estados Unidos.

A nosso ver, é insuficiente demarcar que o pensamento militar dos partícipes do golpe de 1964 era nacionalista e desenvolvimentista. Tal como se percebe nos textos de Castello Branco, havia uma interpretação específica do sentido do desenvolvimento e do significado da Nação que divergia radicalmente de autores da esquerda do período. Para intelectuais como Guerreiro Ramos (1960), a defesa do nacionalismo exigia um vínculo com a situação de países da Ásia e da África em processo de libertação colonial, só que a fonte de nosso Imperialismo estaria na subserviência econômica, política e cultural do Brasil à Europa e aos Estados Unidos da América. Tal juízo aparece de forma similar em Caio Prado Jr. (2014 [1966]) e Celso Furtado (1962). Já para Castello Branco, o sentido do desenvolvimento era engradecer uma Nação que tinha aspirações próprias que deveriam ser preservadas e cuja cultura justificaria a aproximação com o Ocidente. Portanto, consideramos necessário acrescentar que o projeto de Nação e de desenvolvimento defendido por Castello Branco era não só nacionalista, mas conservador. Enfatizamos este ponto porque consideramos que a bibliografia que trata da modernização conservadora da ditadura militar (Reis *et al*, 2014) parece buscar nesse termo espécie de zona cinzenta ou ambiguidade que seria marcado pela suposta oposição entre modernizar e conservar. A nosso ver, tal contraste não necessariamente existe, pois há uma maneira conservadora de compreender a modernização e que diverge de outras maneiras de entendê-las dentro de um mesmo período histórico.

Enquanto um nacionalista conservador que buscava vínculos com o Ocidente, o quadro do Comando do Estado-Maior do exército Humberto Castello Branco entendia que o petróleo deveria ter no Estado seu braço principal, no entanto a iniciativa privada nacional e estrangeira seriam bem-vindas para explorá-lo. Para ele, bastaria ter um olhar realista para o assunto e se perceberia que, se fosse deixado apenas para o livre capital, a exploração de minérios e de recursos energéticos retirados de solo brasileiro seriam reféns de grandes trustes internacionais. O capital estrangeiro seria representante do interesse nacional de outros países, portanto não poderia se comprometer com o “[...] imperativo do desenvolvimento nacional” (Castello Branco, 1968, p. 206) entrando “[...] em choque com a ideia nacional de superação do atraso” (Idem, p. 207) cujo objetivo

maior era “[...] que o país deve evoluir metodicamente, da situação de subdesenvolvido para a de desenvolvido.” (Ibidem).

Todavia, também não era desejoso que o Brasil mantivesse o monopólio estatal do petróleo, afinal “O nacionalismo econômico não pode ser suicida, hostil à colaboração estrangeira em capitais e técnicos, nem isolar-se da economia internacional” (Castello Branco, 1968, p. 207). O que o autor defendia era que a exploração do petróleo e de demais recursos energéticos eram um primado fundamental para atingir o desenvolvimento nacional e que, por isso, deveriam ter no Estado o seu ente planejador. A iniciativa privada deveria entrar como braço auxiliar, cuja liberdade de ação deveria ser limitada pelo planejamento estatal, mas que dispunha de capital e recursos técnicos cujo Brasil não poderia recusar. Além disso, no caso do capital internacional, a proibição de sua operação em nosso país conflitaria com o ideal de cooperação entre os povos ocidentais e democráticos que Castello Branco afirmava defender.

3. Autoritarismo e naturalização de hierarquias

Humberto Castello Branco partia de um diagnóstico de decadência moral das elites nacionais, o que ele via como um problema, uma vez que seriam a partir delas que o país deveria ser dirigido. Isso aparece de maneira direta em conferência proferida em 19 de setembro de 1955 por Humberto Castello Branco, cujo título é “Os meios militares para a recuperação moral do país” (Castello Branco, 1968, p. 271). Em texto com tom de desafogo, o militar afirma que as elites nacionais decaíram e levaram consigo parte da classe média. Ele lamenta que justamente quem deveria servir de exemplo é a causa da corrupção nacional. Essa ausência de liderança teria consequências graves para o povo, que teria suas reivindicações colocadas em segundo plano em detrimento das exigências dos grupos aos quais as elites estariam ligadas. Inspirado pela mesma percepção de outros militares conservadores do período, como Juarez Távora (1962), Castello Branco atribui a decadência moral da Nação ao fato de as elites representarem “[...] interesses de limitados setores ou de camarilhas” (Idem).

A maneira de resolver o problema também seria similar: o método de seleção das elites deveria ser aperfeiçoado, de modo que o interesse nacional fosse prioritário. Em conferência dada no Fórum Roberto Simonsen entre abril e maio de 1962, Castello Branco chegou a admitir que o poder constituído poderia, inclusive, ser retirado dessa função se ele não atendesse ao “bem-estar geral” (Castello Branco, 1968, p. 194), pois, ao ir contra o interesse geral em nome de um interesse pessoal, as elites perderiam sua legitimidade. Mesmo com essa ressalva, na conferência o autor evidencia que compartilha de uma visão nacionalista e conservadora que pressupõe a formação de elites e a existência de hierarquias sociais como naturais e desejáveis (Freedon, 2006; Vincent, 2013). Para sedimentar essa ontologia, ele faz uso da passagem bíblica “Dai a César o que é de César” para afirmar a separação de poder temporal e espiritual e advogar que “todo homem deve sujeitar-se às autoridades legítimas.” (Idem, p. 192). Seu desconforto não é com a

existência de elites ou hierarquias em si, mas com o estado em que as elites se encontravam. O que era necessário era seu aperfeiçoamento para que cumprissem corretamente sua função de grupo esclarecido que exerce o poder e encaminha a comunidade política para o seu progresso.

4. Anticomunismo e legitimação da intervenção militar

Nesse intelectual militar e conservador, a aversão ao comunismo como doutrina exógena é acompanhada de afinidades com a aproximação aos Estados Unidos da América. Em clima de Guerra Fria, a escolha da potência americana como aliado na luta contra o comunismo não é algo a se estranhar. Dentre eles, Humberto Castello Branco destaca-se como defensor da proximidade com os EUA. Para ele, o país representaria um enquadramento democrático para a questão do desenvolvimento e expressão de um modelo de nacionalismo a ser perseguido, visto que seria uma modalidade pacífica dessa ideologia necessária para superarmos nosso atraso. Por outro lado, o nacionalismo de tipo soviético seria o simétrico oposto, baseado no conflito e na divisão dos grupos que compõem a nação (ente que sua doutrina visaria, a médio prazo, destruir). Em suas palavras:

O nacionalismo norte-americano consiste em conservar intacto o patrimônio nacional e tem ainda o sentido de jogar decisivamente o poder nacional, junto ao de outros sempre é possível, em qualquer parte do mundo, primeiro para manter a sua autodeterminação, depois, para salvaguardar os princípios democráticos ocidentais.

O nacionalismo soviético é uma força imperialista que quer impor um regime e que já assimila economias de outros países. (Castello Branco, 1968, p. 201).

Em um enquadramento conservador do nacionalismo (Vincent, 2013), o temor que o comunismo soviético representa para Castello Branco tem como um dos fatores principais o internacionalismo da doutrina e sua divisão da sociedade em classes. Para ele, o comunismo seria incompatível com o desenvolvimento adequado da América Latina. Tendo em vista que ele almejava o seu modelo de revolução do proletariado em escala mundial, a independência política e econômica dos povos seria uma barreira para seus objetivos. Ao tratar do caso da Iugoslávia, o militar a classifica como um entrave para o comunismo internacionalista, porém, sua reivindicação de “comunismo nacional” (Castello Branco, 1968, p. 200), embora soasse atraente para países subdesenvolvidos como o Brasil, não poderia se concretizar sem apoio internacional soviético, do qual, inclusive, o país do leste europeu mantém-se próximo ideologicamente. Em discurso típico de disputas ideológicas por conceito (Freedon, 2006), o autor interpreta o comunismo nacional como um nacionalismo que não seria de verdade. Tendo em vista os critérios conservadores aos quais Castello Branco se filia, uma doutrina que pregaria o conflito entre grupos que compõem um mesmo país e usariam o discurso nacionalista apenas como instrumento de ocasião contra o que eles julgariam ser o imperialismo norte-americano não poderia sê-lo de fato. Ele julga

perigosa essa associação, visto que o interesse nacional em jogo para os partidos comunistas seria o interesse soviético e não o de seu próprio país. Com isso, a URSS se mostraria adversária do “[...] nacionalismo legítimo das nações soberanas” (Castello Branco, 1968, p.200).

Em palestra realizada na Escola do Comando de Estado-Maior do Exército no dia 15 de dezembro de 1961, cujo título era “O dever militar em face da luta ideológica”, o quadro do Comando do Estado-Maior parece ainda mais preocupado com a questão. Partindo de uma diferenciação entre dois regimes existentes na modernidade – a democracia e o totalitarismo –, ele define o primeiro como um esforço de conciliar bem-estar e liberdade e o segundo como uma ideologia que pretende a absorção do indivíduo pelo Estado, em um modelo de ditadura com partido único que suprime qualquer forma de liberdade em nome de uma suposta igualdade.

Logo em seguida no texto, o autor passa a associar os regimes com nações. Enquanto a democracia teria como principal representante os Estados Unidos da América, o comunismo – que ele passa no texto a usar como sinônimo de totalitarismo – se corporificaria na União Soviética. Essa ameaça vinda de fora do Ocidente estaria escalando seu conflito com os EUA e se infiltrando no território de diversos países – como o seu próprio – não só pelas células partidárias, mas também pelas universidades e demais meios intelectuais (Castello Branco, 1968, p. 216). Em sua leitura, o comunista brasileiro seria um inimigo externo, disfarçado de membro da nação e que deve ser combatido na guerra mundial que estaria se escalonando. Tratando-se de conflito bélico, o exército teria o dever de intervir como guardião da democracia e cumprir sua função de manter a paz contra a ameaça totalitária externa.

Na palestra realizada durante o encerramento do curso para guerra revolucionária, enquanto Castello Branco era chefe do Estado-Maior do exército, em 9 de dezembro de 1963, ele enfatiza a importância d’ “Ação educativa contra a guerra revolucionária” (Idem, p. 224). A educação teria a função de levar ao entendimento militar e civil a importância da guerra contra o comunismo, que para ele “Deve ser tratada como uma hipótese de guerra e como um conflito que tem implicações de salvação nacional.” (Ibidem, p. 224). Em demonstração de sua filiação ao pensamento conservador, ele se preocupa no texto que o Brasil não estava passando por uma evolução ordenada que encaminhasse o seu desenvolvimento e, por isso, os setores populares estariam cada vez mais se deixando seduzir pelo comunismo. Os “democratas” precisariam não só combater o comunismo, mas encaminhar a evolução da Nação, com melhoria do padrão de vida. Por isso, caberia tomar as rédeas do processo de desenvolvimento que as elites políticas se demonstravam incapazes de encaminhar.

No último texto que compõe a coletânea que reúne a atuação de Humberto Castello Branco no Comando do Estado-Maior do exército, o problema da Segurança Nacional recebe especial atenção. Na circular que data de 20 de março de 1964, o chefe da instituição se pronuncia sobre eventos então recentes na política nacional durante o governo João Goulart. Ele enfatiza que as Forças Armadas não serviriam propriamente

para defender programas de governo e em grau menor ainda lhes serviriam como órgão de propaganda. O papel dos militares seria o de garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei (Castello Branco, 1968, p. 304), que para ele estariam indo em rumo oposto à condução da política nacional. A suposta Constituinte que seria necessária para levar à frente as reformas de base é interpretada por ele como um “objetivo revolucionário”, que fecharia o Congresso e instituiria uma ditadura.

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) seria especialmente preocupante para a manutenção da Segurança Nacional, pois almejaria paralisar o Brasil para produzir uma “calamidade pública” (Idem, p. 305). As forças armadas, enquanto ente patriótico e nacionalista, não poderiam ficar “[...] omissas ou caudatárias do comando da subversão” (Ibidem, p. 305), devendo assim impedir que esse evento tão grave para a Nação ocorresse, visto que poria em xeque a própria democracia, que esses grupos sindicalistas e comunistas tinham por intenção derrubar. A conclusão a que ele chega é que a ameaça do comunismo contra a Segurança Nacional e a democracia justificariam uma intervenção militar para garantir que o Brasil se mantivesse ligado ao seu próprio interesse nacional e não ao de Moscou. Nas suas palavras, os seus inimigos estavam mobilizando-se em uma revolução para instaurar uma ditadura, enquanto o exército seria defensor da democracia:

A insurreição é um recurso legítimo do povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e a Constituinte? Parece que ainda não.

Entrarem as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo.

Não. As Forças Armadas não podem atraiçoar o Brasil. (Castello Branco, 1968, p. 304)

5. Considerações finais

Procuramos em nosso artigo analisar o pensamento de Humberto Castello Branco nos anos anteriores ao golpe de 1964. A nosso ver, a partir da leitura desses discursos e anotações de aulas, podemos perceber que os elementos que teriam sido inventados e consolidados pela ditadura militar – como aspectos da Segurança Nacional, o anticomunismo, bem como uma concepção conservadora de desenvolvimento ou de modernização –, já estavam presentes na retórica e nos escritos dos membros da Forças Armadas, ao menos desde a República de 1946. Consideramos que o pensamento do primeiro presidente-general da ditadura era não só nacionalista, mas de um enquadramento conservador da ideologia. Isso o fazia entender o sentido do desenvolvimento e o papel das elites na política nacional de uma maneira específica, que o separa de outros atores políticos do mesmo recorte histórico. Essa separação também estava associada ao seu anticomunismo e o fez defender explicitamente que as Forças

Armadas atuassem contra a democracia e instaurassem uma ditadura que, quisesse ele ou não, durou 21 anos.

Referências

- ABREU, Marcelo Paiva (org.). (1990). *A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA; Rodrigo Patto Sá (orgs.). (2014). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. (2004). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BURKE, Edmund. (2014). *Reflexões sobre a revolução na França*. Tradução de José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro.
- CANO, Wilson. (2015). "Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954": a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. *Revista de economia política*, n. 35, vol. 3.
- CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. (2020). *A liberdade na república dos modernos: teoria e história do liberalismo político francês (1789-1848)*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- CASTELLO BRANCO, Humberto. (1968). *Marechal Castello Branco: seu pensamento militar*. SANTOS, Francisco Ruas (org.). Rio de Janeiro: Imprensa do exército.
- PRADO JR., Caio. (2014). *A revolução brasileira/ A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. (1994). *Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: CPDOC.
- FICO, Carlos. (2001). *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record.
- FURTADO, Celso. (1962). *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheihub. (1993). *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política. 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra.
- FREEDEN, Michael. (2006). *Ideologies and political theory. A conceptual approach*. Oxford: Clarendon Press.
- FONSECA, Pedro César Dutra. (2015, jul.). Desenvolvimento: a construção do conceito. In: IPEA. *Texto para Discussão*, n. 2103.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. (1960). *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga.
- HARTOG, François. (2013). *Regimes de historicidade: presenteísmo e experiências de tempo*. Tradução de André Souza de Menezes, Bruna Beffart, Camila Rocha de Moraes, Maria Cristina de Alencar Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica.
- KOSSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GUNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. (2013). *O conceito de história*. Tradução de René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. (2016, jan.-abr.). Cartografia do pensamento político brasileiro: Conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19. Brasília, p. 75-119.
- (2013). Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727-766.
- MANNHEIM, Karl. (1981). O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução à Sociologia Rural*. São Paulo.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (2020). *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Niterói? EDUFF.

- POCOCK, John Greville Agard.
(1981, dez.). The Reconstruction of Discourse: Towards the Historiography of Political Thought. *Comparative literature*, v. 96, n. 5, p. 959-980.
- (2003). O conceito de linguagem e o métier d'historien. In: _____. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos.
(1970). Raízes da Imaginação Política Brasileira. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 7.
- (2017). *A Imaginação Política Brasileira: cinco ensaios de história intelectual*. Organização de Christian Edward Cyril Lynch. Rio de Janeiro: Revan.
- SILVA, Golbery do Couto e.
(1957). Aspectos geopolíticos do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- (1981). *Conjuntura política nacional o poder executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- REZNIK, Luís.
(2000). *Democracia e Segurança Nacional: A polícia política nos pós Segunda Guerra Mundial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas.
- SCHMITT, Carl.
(2013). *Dictatorship*. Cambridge: Polity Press.
- (2006). *Teologia Política*. Belo Horizonte: Del Rey..
- TÁVORA, Juarez.
(1955). *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- (1956). *Produção para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- (1962). *Uma política de desenvolvimento para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- VASCONCELOS, Cláudio Beserra de.
(2018). *Repressão a militares na ditadura pós-1964*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- VICENT, Andrew.
(2013). "Nationalism". In: FREEDEN, Michael; TOWER SARGENT, Lyman; STEARS, Marc. *The oxford handbook of political ideologies*. Oxford: Oxford University Press.

Recebido em
outubro de 2023

Aprovado em
março de 2024